

SUMÁRIO

PARTE 1

1

O MINISTÉRIO PÚBLICO INSTITUCIONAL COMO ASSISTENTE SIMPLES: O INTERESSE INSTITUCIONAL COMO EXPRESSÃO DO INTERESSE JURÍDICO	19
1. Introdução.....	19
2. Assistência simples: generalidades.....	23
3. Conceito de interesse jurídico: breve esboço doutrinário	24
4. O interesse institucional como expressão do interesse jurídico.....	31
5. Interesse institucional e responsabilidade civil direta do membro do Ministério Público	39
6. O Ministério Público como assistente simples: a necessidade de uma nova leitura do instituto da assistência	47
7. Observações finais.....	51
8. Bibliografia	52

2

O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL	55
1. Introdução.....	55
2. O Ministério Público como parte autora: generalidades.....	58
3. Legitimidade para agir	60
4. Substituição processual: noções gerais	63
5. O Ministério Público como substituto processual: a defesa dos direitos individuais indisponíveis.....	66
5.1. A legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação de alimentos	78
6. Substituição processual e eficácia subjetiva da coisa julgada	87
7. Observações finais.....	93

3

NOTAS ACERCA DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	95
1. Introdução.....	95
2. Capacidade postulatória e pressupostos processuais.....	100
3. A capacidade postulatória do Ministério Público para suas atividades finalísticas.....	105
4. A capacidade postulatória do Ministério Público para a defesa de suas prerrogativas	115
5. Considerações finais	120

4

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ALGUNS TÓPICOS	123
1. Delimitação objetiva do tema.....	123
2. A adaptação processual do Ministério Público à Constituição.....	125
3. O novo CPC e a apatia do Ministério Público no processo legislativo: ausência de avanços fundamentais	127
4. As normas fundamentais.....	128
5. Prazos processuais e intimações	130
6. Intervenção como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>).....	134
7. Ministério Público e a necessidade de curador especial.....	147
8. Ministério Público como legitimado ativo	150
9. Suspeição e Impedimento.....	152
10. A responsabilidade do Ministério Público	155
11. A atuação do Ministério Público e o escalonamento da carreira: o mal-estar no princípio da unidade	156
12. Encerramento.....	167
13. Referências bibliográficas.....	168

5

O MINISTÉRIO PÚBLICO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	171
1. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública e desvios procedimentais.....	171
2. A intervenção do Ministério Público nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	177
2.1. O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica: generalidades...	178
2.2. Especificamente o fiscal da ordem jurídica nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	184
2.3. O Ministério Público como autor	187
3. Consequências procedimentais	191
4. Síntese	193

6

O MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	195
1. Legitimado ativo.....	195
2. Fiscal da ordem jurídica.....	197
3. O Ministério Público nos processos de constituição de curatela.....	205
3.1. Legitimação ativa.....	207
3.2. Fiscal da ordem jurídica.....	213
3.3. Tomada de Decisão Apoiada	219

7

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DA PESSOA IDOSA	225
1. Introdução.....	225
2. Atuação como fiscal da ordem jurídica no Estatuto da Pessoa Idosa	229
3. O Ministério Público como substituto processual da pessoa idosa.....	240
4. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos das pessoas idosas ...	244
4.1. Generalidades.....	244
4.2. A defesa coletiva dos direitos das pessoas idosas pelo Ministério Público.....	246
5. Atuação extrajudicial	254
6. Considerações finais	260

8

A AUTOCOMPOSIÇÃO NO PROCESSO COLETIVO ENTRE O DISCURSO E A POSSIBILIDADE	265
1. A autocomposição e a origem do processo coletivo.....	265
2. Ampliação da autocomposição e mudanças legislativas.....	269
3. O discurso da aceitação da autocomposição e as restrições para sua efetividade.....	275
4. A autocomposição, as limitações e as possibilidades: entre o discurso e a prática	282
5. Encerramento: o regramento da autocomposição coletiva no PL nº 1641/21.....	291
6. Bibliografia	307

9

A PROVA NO PROCESSO COLETIVO ENTRE DUAS DECISÕES DESASTROSAS: PODERES PROBATÓRIOS DO JUIZ E CUSTEIO DA PROVA PERICIAL.....	313
1. Os poderes instrutórios do juiz em recente julgado do Superior Tribunal de Justiça (REsp. 1.693.334).....	315
2. O custeio da prova pericial nos processos coletivos em decisão monocrática do Supremo Tribunal Federal: ACO 1.560 e ARE 1.283.040.....	325

10

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A AÇÃO RESCISÓRIA.....	333
1. Introdução.....	333
2. Fiscal da ordem jurídica: atuação como órgão interveniente na ação rescisória e o regime comum interventivo.....	334
3. Legitimidade ativa.....	344
4. Legitimidade passiva.....	358
5. A atuação do Ministério Público e o escalonamento da carreira: a fixação da atribuição para atuar na ação rescisória.....	360
6. Encerramento.....	366

11

O MINISTÉRIO PÚBLICO E FUNDAÇÕES PRIVADAS: QUESTÕES PROCESSUAIS.....	369
1. Introdução.....	369
2. Fundações privadas: breves aspectos conceituais.....	374
3. Estatuto da fundação privada.....	378
4. A atuação do Ministério Público.....	383
5. Decisão jurisdicional em procedimentos de jurisdição voluntária envolvendo as fundações.....	395
6. Extinção da fundação.....	398
7. Considerações finais.....	403
8. Referências.....	404

PARTE 2**1**

QUESTÕES ATUAIS SOBRE AS POSIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO NOVO CPC.....	409
1. Introdução.....	409
2. O Ministério Público como legitimado ordinário e sua capacidade postulatória.....	410
3. Ainda a legitimidade e a capacidade postulatória do Ministério Público estadual: o problema da sustentação oral nos Tribunais Superiores.....	414
4. Limites da atuação recursal dos Promotores de Justiça: a relação com os Procuradores de Justiça e o fim do denominado “parecer recursal”.....	418
5. O Ministério Público no polo passivo de uma relação jurídica processual..	422
6. O Ministério Público na defesa de direitos individuais de crianças e adolescentes e a desnecessidade de atuação de curador especial.....	424
7. Conflito de atribuições e suspensão do processo.....	433
8. Ministério Público como assistente simples.....	435
9. Encerramento.....	440